INTOLERÂNCIA / Na contramão do Estado laico previsto pela Constituição brasileira e assegurado por lei, religiosos narram casos de discriminação e ataques. Manifestações de matriz africana são as mais perseguidas, apontam estudos

Intimidação da fé e violência religiosa

» TAINÁ ANDRADE

Crescem os episódios de violência religiosa no Brasil e, entre todas as crenças praticadas no país, as que mais sofrem ataques são, disparadamente, as de matrizes africanas — umbanda e candomblé. Um relatório da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), intitulado *Respeite o meu Terreiro*, entrevistou 255 lideranças religiosas em todo o território nacional. A amostra — que aponta a concentração de 46% dos terreiros no Sudeste — revelou que quase 99% dos entrevistados confirmaram já ter sofrido algum tipo de ofensa.

De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os adeptos às religiões de matriz africana representam 0,3% da população brasileira, sendo que 21,1% dessas pessoas se autodeclaram pretas, o que indica uma alta concentração do grupo nas vertentes da umbanda e do candomblé. O perfil do público torna-se propenso a misturar tipos de violência, que normalmente são direcionadas à fé ou ao racismo.

A prática criminosa é confirmada por dados oficiais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), de 2021. Segundo a pasta, 571 denúncias de violação à manifestação da fé de diversas religiões foram registradas em 12 meses. Mais da metade estaria relacionada às religiões afro. No entanto, Marco Antônio Teobaldo, coordenador de comunicação da pesquisa, afirma que os números não refletem a verdadeira situação de violência a qual estão submetidos os religiosos. Isso ocorre porque, segundo ele, apesar de serem vítimas, a pesquisa evidenciou que as pessoas se sentem constrangidas em denunciar.

"O que o estudo mostra de grave é que os dados oficiais não apontam que a intolerância religiosa está em toda a sociedade brasileira, porque quando analisadas, as pesquisas oficiais são geradas por boletins de ocorrências, por notificações na polícia e quando chega nesse extremo é uma ponta do iceberg. São os terreiros onde as pessoas se sentem acolhidas e é para os líderes religiosos que contam. As lideranças que participaram apontam que existe um grande número de pessoas atacadas de forma violenta ou velada nos ambientes de trabalho, sociais e até mesmo nos ambientes públicos", explica Teobaldo.

O levantamento revela que 78,4% dos entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de violência motivada por racismo religioso. No estudo, 91,76% dos filhos e filhas de santos relataram situações vividas aos líderes religiosos. Na maior parte dos casos, as histórias não chegam às autoridades competentes, em razão das pessoas desconhecerem os canais de denúncia ou não sentirem confiança no instrumento.

"Muitas vezes [as vítimas] se sentem constrangidas de fazerem qualquer tipo de denúncia porque não veem o efeito de forma prática. Denunciam e são mal acolhidas nas delegacias ou no Disque Denúncia e preferem procurar os terreiros que é onde se sentem acolhidas. As pessoas que chegaram a fazer denúncias, na grande maioria, não estão satisfeitas com o Disque Denúncia. Os serviços sofrem variação de localidade para localidade, dentro dos pontos destacados estão: o mal atendimento, falta de retorno sobre a denúncia e impunidade", detalha o coordenador.

Para Teobaldo, a impunidade gera uma consequência que pode ser a violência psicológica. Como os dados oficiais não geram os resultados esperados para as pessoas que estão à frente da luta pela defesa da liberdade religiosa das vertentes de matriz africana, o Renafro decidiu tornar a pesquisa anual. Além disso, em novembro, a coordenadora geral do projeto, Mãe Nilce de Iansã, participará de reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) para apresentar o relatório ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD). A ação é realizada em paralelo ao Governo Federal, que apresentará os dados das ações referentes ao período que compreende 2014 a 2017, conforme explica Teobaldo.

SERVIÇO

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) é o responsável pelo acolhimento das denúncias. Os canais são: Disque Denúncia 100. Aplicativo dos Direitos Humanos Brasil

Discriminados na fé

Entre as religiões de matriz africana, cerca de 99% dos entrevistados na pesquisa "Respeite o meu terreiro" afirmaram ter sofrido racismo religioso. Ainda que haja a lei, desde 1997, para coibir essa atitude, as práticas de violência contra terreiros e adeptos às religiões de matriz africana são violentas, seguidas de ameaças e humilhações.

78,4%
sofreram algum tipo de violência motivada por racismo religioso

48,23%
dos terreiros sofreram situações de racismo religioso, na maioria das vezes praticado por fanáticos religiosos

■ No intervalo de dois anos, a quantidade de ataques em terreiros foi de 1 a 5 episódios

4%
sofreram de 6 a 10 ataques

4%
sofreram mais de 10 ataques

91,76%
das lideranças religiosas afirmaram ouvir relatos de filhos e filhas de santos que sofreram racismo religioso

57,65%
das lideranças nunca presenciaram as agressões contra os membros da comunidade

DESCONHECIMENTO
O levantamento mostrou que há uma lacuna entre os canais de denúncia para a violência pela intolerância religiosa e as pessoas que sofrem com essa situação. A maioria delas não sabem como fazer ou desconhecem serviços especializados para lidar com o assunto.

68,63%
afirmaram não haver um serviço especializado na comunidade para denunciar casos de intolerância

45,50%
relatam que não conhecem os canais de denúncia oficiais, como o Disque Denúncia 100

35,30%
disseram não ter a quem recorrer em caso de racismo religioso

ASSISTÊNCIA A MELHORAR
Os grupos religiosos que buscaram apoio institucional ou jurídico revelaram falhas no Disque Denúncia, mas elogiaram os atendimentos de órgãos judiciais, como a defensoria e os ministérios públicos.

5,60%
dos grupos disseram ter se deparado com falhas no atendimento do Disque Denúncia 100

18,90%
buscaram a Defensoria Pública como apoio

21,68%
buscaram diretamente os Ministérios Públicos Estadual e Federal

15,38%
buscaram assessoria jurídica



Fonte: Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro)

Proteção jurídica

A liberdade de culto da fé é assegurada a todo cidadão brasileiro, por meio da Constituição Federal. O artigo 18 da Declaração de Direitos Humanos da ONU imputa que "toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção".

No Brasil, a Lei nº 9.459 resguarda desde 1997, o direito de prática religiosa que convém ao adepto e pune quem praticar discriminação ou preconceito, com prisão de um a três anos e multa. Ainda assim, o país tem uma dificuldade, em todas as esferas sociais, de cumprir a legislação.

Gleidson Renato Dias, doutorando em direito e membro do Movimento Negro Unificado (MNU), explica que o aumento do fundamentalismo religioso, praticado de forma programática por setores neopentecostais, tem em uma de suas vertentes a intenção de aparelhamento do Estado, cujo objetivo é entrar em todos os espaços, incluindo os de poder, como o Legislativo e o Judiciário, para tentar implantar um estado cristão. As forças crescem ao ponto de ramificarem as crenças até a administração pública e aplicarem o programa cristão.

"Estamos à beira de um Estado cristão que não é conforme o Cristo, mas baseado em um fundamentalismo personalista, conservadorista, homofóbico, com uma agenda muito forte de conservadorismo e que terá tentáculos no judiciário e na administração pública", critica.

Para o especialista, a maior dificuldade está no fato de que a maior parte da população brasileira não entende a fundo "as forças do racismo e como ele se manifesta", o que contribui para uma falta de letramento racial e, consequentemente, uma carência técnica no momento de cumprir a lei. Outro ponto é o fundamentalismo religioso se enraizando no Estado de Direito. Para isso, a mobilização da mídia com informações corretas e a ampliação da agenda nas esferas federal, estadual e municipal é fundamental.

Campanha e tumulto dentro das igrejas

A religião tem pautado diretamente o debate político para o segundo turno das eleições presidenciais, mas nem sempre de uma forma tolerante. A luta pelos votos cristãos teve a importância confirmada na pesquisa Datafolha divulgada ontem, na qual, para 59% dos eleitores, a religião do candidato ao Planalto é um fator importante na hora de decidir o voto. A campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL) tem buscado se aproximar do público cristão em diversos momentos. O mais recente foi na última semana, em ocasião do feriado de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro, quando o chefe do Executivo cumpriu agenda eleitoral em Aparecida do Norte (SP).

Popular entre os evangélicos, que representam cerca de 30% do eleitorado brasileiro, o nome de Bolsonaro entre os católicos não é tão bem quisto. Apesar da tentativa, diversos episódios de violência religiosa e política, protagonizados por apoiadores do presidente, que sempre entoavam coros de "mito" ou gritando o nome do candidato, geraram críticas de adversários e de autoridades religiosas católicas.

A principal reclamação partiu da presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, por meio de nota, lamentou e reprovou a intensificação do uso da fé e da religião para obter votos. "Momentos especificamente religiosos não podem ser usados por candidatos para apresentarem suas propostas de campanha e demais assuntos relacionados às eleições. (...) A manipulação religiosa sempre desvirtua os valores do Evangelho e tira o foco dos reais problemas que necessitam ser debatidos e enfrentados em nosso Brasil."

O tom duro da advertência foi um recado da Igreja Católica para o tumulto causado por apoiadores de Bolsonaro no Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Um dos momentos mais repercutidos ocorreu durante a missa das 14h, dedicada à santa padroeira. Eleitores do presidenciável que estavam no local hostilizaram equipes da TV Vanguarda, afiliada da TV Globo, e da TV Aparecida, emissora da Igreja Católica. Eles foram ameaçados com dedo na cara e gritos no pátio da Basílica. Outro grupo repetia o coro: "É Bolsonaro!". Os apoiadores bolsonaristas ainda vaiaram o padre Eduardo Ribeiro, celebrante do ato. Vídeos também mostraram um jovem com camiseta vermelha sendo perseguido por um grupo com camisa amarela. Durante a ofensiva, ouviam-se gritos de "mito".

Mais cedo, na celebração de meio dia, fiéis presentes contaram nas redes sociais que o arcebispo da Arquidiocese, Dom Orlando Brandes, utilizou o momento do sermão para discorrer sobre a fome e o direito ao voto. Com isso, apoiadores do presidente, alguns com canecas de bebida alcoólica nas mãos dentro do templo, também vaiaram o representante da igreja.

Em entrevista aos jornalistas, após a homilia, Dom Orlando Brandes comentou o ocorrido. "Eu não posso julgar as pessoas, mas nós precisamos ter uma identidade religiosa. Ou somos evangélicos ou somos católicos. Então, nós precisamos ser fiéis à nossa identidade católica. Mas, seja qual for a intenção, (Bolsonaro) vai ser bem recebido, pois é o nosso presidente", afirmou o arcebispo.

Desrespeito

A intolerância e desrespeito religioso vêm se repetindo desde o primeiro turno das eleições. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) teve que interferir, em agosto deste ano, em uma publicação feita na rede social da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Ela associou um vídeo de um encontro entre o ex-presidente Lula da Silva com lideranças do candomblé e da umbanda com "satanismo" e com as "trevas".

Do mesmo modo, agiu com a esposa do candidato petista, a socióloga Janja, que decidiu abrir seu Instagram para mostrar o contato próximo com religiões de matriz africana.

Para Marco Antônio Teobaldo, membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), a religião como tema central das campanhas é um reflexo das ações de desmonte e do incentivo ao fanatismo que o governo tem promovido. "A gente tem um governo que provocou um desmonte na área de direitos humanos e justiça, que promove discurso de ódio nas religiões. Então, as pessoas se sentem autorizadas a violentar as outras", pondera.